



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 167

QUARTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 198ª SESSÃO, EM 6 DE OUTUBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimentos

— Nº 737/92, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 48/92, que dispõe sobre a variação entre as remunerações mínima e máxima, na administração federal.

— Nº 738/92, de autoria do Senador Levy Dias, solicitando, para que o período de 28-9-92 a 5-10-92 seja considerado de licença autorizada. **Aprovado.**

— Nº 739/92, de autoria do Senador Amazonino Mendes, solicitando licença no período de 29 de setembro a 9 de outubro do corrente ano. **Aprovado.**

— Nº 740/92, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando que seja considerado como licença o seu afastamento dos trabalhos da Casa, nos dias 24 e 25 do corrente ano. **Aprovado.**

— Nº 741/92, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando que seja considerada como licença autorizada a sua ausência dos trabalhos da Casa, no dia 2 do corrente ano. **Aprovado.**

— Nº 742/92, de autoria do Senador Dirceu Carneiro, justificando a sua ausência à sessão plenária do Senado Federal, realizada na data de 14 de setembro do corrente ano. **Aprovado.**

— Nº 743/92, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando que seja considerada como licença autorizada, a sua ausência às sessões ordinárias do Senado Federal realizadas nos dias 3, 4, 10, 11, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 28 e 31-8-92; 1, 3, 4, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25 e 28-9-92. **Aprovado.**

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Presença na Casa do Sr. Pedro Henrique Teixeira, suplente convocado da representação do Distrito Federal, em virtude de licença concedida ao titular, Senador Maurício Corrêa.

1.2.3 — Prestação do compromisso regimental e posse do Sr. Pedro Henrique Teixeira.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO — Homenagem ao recém-empossado Senador Pedro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE — Fala associativa à homenagem prestada ao Senador Pedro Teixeira.

SENADOR NELSON WEDEKIN, como Líder — Homenagem ao Senador Pedro Teixeira, em nome do PDT.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES, como Líder — Homenagem ao Senador Pedro Teixeira, em nome do PSDB.

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN, como Líder — Homenagem ao Senador Pedro Teixeira, em nome do PDS, e congratulações pela posse do Senador Maurício Corrêa no Ministério da Justiça.

1.2.5 — Comunicação

— Do Senador Pedro Teixeira, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.7 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MARCO MACIEL — Saudações ao Senador Pedro Teixeira.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN — Massacre na Casa de Detenção de São Paulo, resultando na maior chacina penitenciária do mundo. Proposta de criação de CPI destinada a apurar os fatos relativos à crise carcerária no Brasil.

SENADOR ELCIO ÁLVARES, como Líder — Solidariedade ao sentimento de revolta oriundo do massacre da Casa de Detenção de São Paulo. A crise do sistema carcerário no Brasil.

SENADOR IRAPUAN COSTA JÚNIOR, como Líder — Considerações sobre o artigo publicado no jornal *O Globo*, de 1º-10-92, intitulado *Questão Militar*. Destino dos Convênios científico-tecnológicos firmados entre várias entidades de ensino superior e a Marinha, principalmente sob o "Programa Antártico".

SENADO CHAGAS RODRIGUES, como Líder — Apoio à iniciativa do Senador Esperidião Amin quanto à criação da CPI destinada a apurar a crise carcerária. Repúdio ao massacre ocorrido na Casa de Detenção de São Paulo.

SENADOR JONAS PINHEIRO, como Líder — Congratulando-se com a posse do Senador Pedro Teixeira, em nome do PTB. Repúdio ao massacre da Casa de Detenção de São Paulo.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Transferência injustificada da sede da Embratur para Brasília.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Agradecimentos aos votos de boas-vindas de seus pares, no momento em que assume o mandato senatorial pela representação do Distrito Federal.

SENADOR JÚLIO CAMPOS — Centenário de nascimento do jornalista Assis Chateaubriand.

O SR. PRESIDENTE — Associando-se à homenagem tributada a Assis Chateaubriand pelo Sr. Júlio Campos.

SENADOR VALMIR CAMPELO — Prejuízos para o País advindos da redução dos subsídios à agricultura.

1.2.8 — Comunicação da Presidência

Recebimento de expediente do Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que aquela Corte, em sessão plenária realizada no dia 30 de setembro último, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 786-6/600, deferiu medida cautelar para suspender, no tex-

to do art. 29 da Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991, a eficácia das expressões: "ficando igualmente vedada a realização de concurso público no mesmo período".

1.3 — ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1991, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que acrescenta dispositivos ao art. 8º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 1991, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que autoriza as pessoas físicas a abaterem em suas declarações de renda os gastos com empregados domésticos e dá outras providências. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1992, de autoria do Senador Nelson Wedekin e outros Senhores Senadores, que altera o caput do art. 4º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. **Retirado da pauta.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1992 (nº 166/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Argentina, em Brasília, a 20 de agosto de 1991. **Aprovado.** À Comissão Diretora.

Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 1992 (nº 171/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Estudo Orgânico do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado — UNIDROIT, adotado em 15 de março de 1940. **Aprovado.** À Comissão Diretora.

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 1992 (nº 109/91, na Câmara dos Deputados), que aprova a adesão do Brasil ao Convênio Multilateral para a Continuação das Atividades do Centro Regional de Sismologia para a América do Sul — CERESIS —, celebrado em 18 de julho de 1971. **Aprovado.** À Comissão Diretora.

Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que as forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer tempora-

riamente, mediante permissão do Presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional, nos termos do disposto nos arts. 21, inciso IV, 49, inciso II, e 84, inciso XXII, da Constituição Federal. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1992, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que susta a aplicação do **caput** do art. 13 da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1991 (nº 1.714/89, da Casa de origem), que regulamenta o art. 185, inciso I, da Constituição Federal, e define pequeno e médio produtores rurais. **Retirado da pauta.**

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Prejudicialidade do Requerimento nº 737, de 1992, lido no Expediente da presente sessão.

1.3.2 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — O papel do Estado no gerenciamento das ações voltadas para o bem-estar social. As questões ligadas ao FINSOCIAL.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DO PRESIDENTE

— Nº 377/92

3 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

— Nº 24/92

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 198ª Sessão, em 6 de outubro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Rachid Saldanha Derzi, Eptácio Cafeteira, Magno Bacelar, Valmir Campelo e Jonas Pinheiro

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Antonio Mariz — Beni Veras — Chagas Rodrigues — Coutinho Jorge — Dirceu Carneiro — Elcio Alvares — Affonso Camargo — Esperidião Amin — Eptácio Cafeteira — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João Rocha — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisoi — José Sarney — Júlio Campos — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Odacir Soares — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Eptácio Cafeteira) - A lista de presença acusa o comparecimento de 47 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 737, DE 1992

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea c, do Regimento Interno, para o PLS nº 48/92.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 1992. — Esperidião Amin — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Gerson Camata — José Eduardo — Elcio Alvares.

O SR. PRESIDENTE (Eptácio Cafeteira) - O requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do art. 348, inciso II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos e aprovados os seguintes

REQUERIMENTO Nº 738, DE 1992

Senhor Presidente,

Solicito autorização para que o período de 28-9-92 a 5-10-92 seja considerado de licença autorizada nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, durante o qual estarei dedicado às Eleições Municipais no meu Estado.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 1992. — Senador Levy Dias.

REQUERIMENTO Nº 739, DE 1991

Of. GSAM nº 058/92

Brasília, 28 de setembro de 1992

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência que me seja concedida licença para atender compromissos político-partidários assumidos anteriormente na cidade de Manaus, no período de 29 de setembro a 9 de outubro do corrente ano.

Atenciosamente, — Senador Amazonino Mendes.

REQUERIMENTO Nº 740, DE 1992

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 56, II, da Constituição e do artigo 43, II, do Regimento Interno, solicito que seja considerada como licença o afastamento dos trabalhos da Casa, nos dias

24 e 25 do corrente, oportunidade em que estive proferindo Palestra no XII Congresso Brasileiro de Guias de Turismo "Integração, Segurança e Profissionalismo", conforme programa em anexo.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 1992. — Senador Esperidião Amin.

XII CBGTUR

12º CONGRESSO BRASILEIRO DE GUIAS DE TURISMO

De 22 a 27 de setembro em
Balneário Camboriú — SC

Tema central:

"Integração, Segurança e Profissionalismo"

Local do evento:

Marambaia Cassino Hotel

DIA 22 09 92 — Terça-feira

10 às 18h — Credenciamento

20h — Sessão Solene de Abertura — Traje: Social Completo
Convidado Especial: Deputado José Maria Eymael

22h — Coquetel de Abertura — Local: Restaurante RIVER

DIA 23 09 92 — Quarta-feira

10h — Abertura Secretaria — Local: Marambaia Cassino Hotel

13h — Tema: Marketing Hoteleiro

Palestrante: Dr. Eustáquio Emilio Bresolin — Presidente Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de SC

15h — Intervalo (com degustação de queijos, coca-cola e café)

15h15min — Tema: Segurança, Responsabilidades e Direitos do Guia de Turismo nos Roteiros Brasil Paraguai

Palestrante: Dr. Aroldo Boschetti Soster
Superintendente Regional da Polícia Federal do Estado de SC

17h — Intervalo

17h15min — Tema: O importante Papel do Guia de Turismo

Palestrante: Dr. Ailton Oliveira — Diretor-Presidente da SANTUR, Órgão Oficial do Estado de SC

- Retorno ao Hotel

Noite Típica Portuguesa: "MAREJADA" — Itajaí

DIA 24 09 92 — Quinta-feira

10h — Abertura da Secretaria

13h — Tema: Guia de Turismo: A Posição da Embratur face à Regulamentação da Profissão

Palestrante: Representante do EMBRATUR

15h — Intervalo

15h15min — Tema: A Importância do Guia de Turismo no Meio Ambiente

Palestrante: Dr. Fernando Cesar de Moreira Mesquita — Secretário de Estado do Meio Ambiente e Turismo do Estado do Maranhão — SEMATUR

17h — Intervalo

17h15min — Tema: "A Importância do Guia de Turismo em seu Estado"

Palestrante: Dr. Esperidião Amin Helou Filho — DD. Senador da República, representante de SC — ex-Governador bem como ex-Préfeito da Capital do Estado de SC

19h — Retorno ao Hotel

21h — Noite Típica Alemã — FENARRECO

DIA 25 09 92 — Sexta-feira

8h30min — Abertura da Secretaria

9h — Tema: "O Grupo de Turistas + Guia + Núcleo Turístico = Trinômio Integrado"

Palestrante: Dr. Francisco Canola Teixeira — Secretário Municipal de Turismo da cidade de Pomerode — SC

10h30min às 11h — Espaço para o Estado de Pernambuco, sediante do XIII CBGTUR

11h às 11h15min — Intervalo (degustação de frios, coca-cola e café)

11h15min às 12h30min — A voz e a vez do guia

12h30min às 13h30min — Tema: "Turismo e Saúde"

Palestrante: Dr. Heverton Octacílio de Campos Menezes — Diretor da Clínica SOS CHECK-UP de Brasília — DF

14h — Saída para BETO CARRERO WORLD, com programação especial somente para os congressistas

22h — Casas noturnas Balneário Camboriú, com entrada franca

DIA 26 09 92 — Sábado

Manhã Livre

13h30min — Saída para a cidade de Blumenau, conhecida como a Alemanha Brasileira

DIA 27 09 92 — Domingo "Dia Internacional do Ti
Saída às 9h para a Capital do Estado de SC, Fló conhecida como a capital da Natureza.

20h — Sessão Solene de Encerramento, com posse Diretoria da FENAGTUR, Traje: Passeio Cor

22h — Jantar de Encerramento: "Noites de Santa I oferecido pela SANTUR, Órgão Oficial do E SC. — Local: Rest. RIVER

Opcionais: Passeios de Scuna para Praia de Nudis ville, São Francisco do Sul e Rota do Sol

XII CBGTUR

Presidente

Archilda Barreto

Homenagem Especial

Jeanete Dressel Braun e Roque Lino Braun — Presidente e Conselheiro Nacional Agturb SC

PRESIDENTE AGTURB SC

Jeanete Dressel Braun

Comissão Organizadora Técnica/Social/Apoi

Jeanete Dressel Braun

Roque Lino Braun

Julia de Lurdes Chini

Josefina Amada A. Emlek

Ana Maria Igarashi

Valdi Zacarias Vieira

Antonio Carlos Capistrano

Salma Duarte Furtado

Osvaldina Peifer

Leny Sabóia

Vera Lucia Schaad

Vilma Carmen Batista

Cláudio Cesar Dias

Alexandre Kempczinski

Gilmar de Jesus Dias

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que estiveram conosco nos dias mais mcs, nas horas mais simples, e mesmo assim contrit para a construção desta data.

REQUERIMENTO Nº 741, DE 1992

Requeiro, seja considerada como licença autorizada nos termos do art. 43, inciso II do Regimento Interno, minha ausência de Brasília, no dia 2 do corrente para, como Secretário Geral do Partido da Frente Liberal no Estado de Sergipe, participar do processo eleitoral nos municípios no próximo pleito.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 1992. — Senador **Francisco Rollemberg**.

REQUERIMENTO Nº 742, DE 1992

Of. 99/92 — GSDIRC

Brasília, 29 de setembro de 1992

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, respeitosamente, gostaria de encaminhar, através do presente expediente, a justificativa por minha ausência à sessão plenária do Senado Federal, realizada na data de 14 do corrente mês. Como provam os documentos anexos, naquela data, dirigi-me ao município catarinense de Campos Novos para proferir palestra sobre o Mercosul.

Diante dos documentos apresentados, peço pois, as devidas providências para que não seja dado como faltoso.

Ao ensejo, renovo-lhe expressões de consideração e respeito.

Atenciosamente. — Senador **Dirceu Carneiro**, Primeiro-Secretário do Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº 743, DE 1992

Requeiro, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam consideradas como de licença autorizada, por motivos justificados, minhas ausências às sessões ordinárias do Senado realizadas nos dias 3, 4, 10, 11, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 28 e 31-8-92; 1, 2, 3, 4, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25 e 28-9-92.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 1992. — Senadora **Marluce Pinto**.

O Sr. Epitácio Cafeteira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Ficam concedidas as licenças solicitadas, nos termos do Regimento Interno. (Pausa.)

Encontra-se na Casa o Sr. Pedro Henrique Teixeira, Suplente convocado da representação do Distrito Federal, em virtude de licença concedida ao Titular, Senador Maurício Corrêa.

S. Exª encaminhou à Mesa o diploma, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o diploma encaminhado à Mesa:

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

*A Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao*

Sr. Pedro Henrique Teixeira

este Diploma de 1º Suplente de Senador

*....., considerando que, na
chegada de 15 de novembro de 1986, o diplomado, na
legenda do PDT votos.*

Brasília, 19 de dezembro de 1986

Vassil Teixeira do Nascimento
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Designo os Srs. Senadores Epitácio Cafeteira, Lavoisier Maia, João Calmon e Valmir Campelo para comporem a Comissão que deverá introduzir S. Ex^a no plenário, a fim de prestar o compromisso regimental, já que S. Ex^a ocupará a Cadeira de que é titular o Senador Maurício Corrêa que, desde ontem, passou a exercer as elevadas funções de Ministro de Estado da Justiça, integrando a equipe do novo Governo.

Acompanhado da Comissão, o Sr. Pedro Henrique Teixeira dá entrada no recinto, prestando junto à Mesa o seguinte compromisso regimental:

"PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AS LEIS DO PAÍS, DESEMPENHAR FIEL E LEALMENTE O MANDATO DE SENADOR QUE O POVO ME CONFERIU E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Declaro empossado, como Senador da República, o nobre Sr. Pedro Henrique Teixeira, que integrará, no Senado, a representação do Distrito Federal.

A partir deste momento S. Ex^a passará a participar dos trabalhos da Casa.

A Presidência suspende a sessão por 3 minutos, a fim de possibilitar ao novo Senador receber os cumprimentos dos convidados que se encontram na tribuna de honra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A sessão está suspensa por 3 minutos.

(Suspensa às 14h40min, a sessão é reaberta às 14h42min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está reaberta a sessão.

O Sr. Valmir Campelo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL — DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não poderia, neste momento, deixar de manifestar a minha alegria em receber como colega, como companheiro, o Senador Pedro Henrique Teixeira.

Pedro Teixeira, pioneiro desde a fundação da Capital da República, tem uma história ligada a Brasília. Seu trabalho dinâmico está ligado à luta pelo desenvolvimento do Distrito Federal. Como Senador da República, representando Brasília, S. Ex^a assume a vaga do Senador Maurício Corrêa, que, com muito mérito, exerce as altas funções de Ministro de Estado da Justiça.

Quero associar-me às manifestações de carinho e de amizade prestadas a esse velho companheiro de 30 anos de Brasília.

Quero desejar a Pedro Teixeira, em nome do meu Partido, o PTB, e, com absoluta certeza, em nome da Bancada do Distrito Federal, votos de felicidade. Estou certo de que S. Ex^a, juntamente conosco, irá traduzir o seu apoio e seu amor por Brasília, para que possamos trazer mais desenvolvimento e bem-estar à população do Distrito Federal.

Receba, pois, Senador Pedro Henrique Teixeira os parabéns em nome da Bancada e, particularmente, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro — PTB.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, em nome da Casa, associa-se à homenagem prestada pelo Senador Valmir Campelo, representando a sua Bancada, o PTB, e — acredito — o Senador Meira Filho, que também representa a Bancada de Brasília nesta Casa.

Desejo, portanto, em nome de todos os Srs. Senadores, saudar a presença do novo representante do povo de Brasília no Senado Federal, fazendo votos para que S. Ex^a tenha um desempenho absolutamente correto, voltado para os interesses do Distrito Federal e do próprio País.

O Sr. Nelson Wedekin — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como Líder do PDT, Sr. Presidente, quero associar-me às palavras dirigidas ao Plenário, à Casa, e à sociedade pelo Senador Valmir Campelo e pelo Sr. Presidente, Senador Mauro Benevides.

Falo em nome da Bancada do PDT, desejando ao novo Senador toda sorte de êxitos. S. Ex^a, com suas reconhecidas qualidades, reconhecida lucidez, pelo conhecimento que tem de Brasília — desta Brasília que praticamente viu nascer — dará, nesta Casa e no Congresso Nacional, a maior contribuição em favor da população de Brasília e da população brasileira.

Portanto, o PDT, por minha voz, manifesta-se no sentido de desejar as boas-vindas e os votos de grande êxito, de sucesso, de muita saúde e de felicidade pessoal a esse novo companheiro que integra a nossa Bancada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Nelson Wedekin, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

O Sr. Chagas Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Bancada do PSDB associa-se às justas alegrias manifestadas pelos Srs. Senadores, em virtude de o ilustre homem público Pedro Teixeira assumir hoje, como representante do Distrito Federal, uma cadeira nesta Casa.

Toma posse S. Ex^a ciente de que o recebemos de braços abertos, desejando-lhe completo êxito no exercício de suas novas e altas funções. Estamos certos de que o Distrito Federal, no momento em que passa a contar com o ilustre Ministro da Justiça ontem empossado, Maurício Corrêa, e com o trabalho, a dedicação e o espírito público do Senador Pedro Teixeira, está de parabéns.

Ao Senador Pedro Teixeira apresentamos os nossos cumprimentos. Estamos certos de que S. Ex^a irá trabalhar pelo Distrito Federal, pelo País e irá honrar esta Casa do Poder Legislativo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Esperidião Amin — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Líder, Senador Esperidião Amin.

SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em nome da Bancada do PDS, associo-me às palavras de congratulações pronunciadas pelo Presidente da Casa, pelos Senadores Valmir Campelo, Chagas Rodrigues e pelo Líder do PDT, Senador Nelson Wedekin, ao Senador Pedro Teixeira. Ao mesmo tempo, congratulo-me pela posse do Senador Maurício Corrêa no Ministério da Justiça, augurando a ambos êxito no desempenho das suas funções. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Em 6 de outubro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Distrito Federal, em virtude da licença concedida ao Titular, Senador Maurício Corrêa, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do PDT.

Atenciosas saudações. — **Pedro Henrique Teixeira.**

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação da Medida Provisória nº 305, de 4 de setembro de 1992, que cria a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República e dá outras providências.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a exemplo dos demais líderes presentes a esta sessão vespertina, quero saudar a posse do novo Senador pelo Distrito Federal, Dr. Pedro Teixeira, que assume em função de ter sido alçado à condição de Ministro de Estado dos Negócios da Justiça o nosso colega e ex-Líder do PDT, Senador Maurício Corrêa.

Desejo externar a S. Exª, o novo Senador Pedro Teixeira, os cumprimentos da Bancada do PFL, e fazer os nossos melhores votos no desempenho do seu mandato parlamentar. Quero externar, também, mais do que a minha convicção, a minha certeza de que a sua presença entre nós enriquecerá esta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. Esperidião Amin — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiramente ocupo o microfone para registrar com satisfação a estada — não a saída — no Ministério dos Transportes e das Comunicações na pessoa do nosso ami-

go, Senador Affonso Camargo, que já circula com desenvoltura no seu velho ninho, no ninho dos seus amigos e admiradores, entre os quais me incluo e perfilo. Desejo dizer que o convívio com o seu suplente, Senador Enéas Faria, foi motivo de grande alegria e satisfação para mim, pessoalmente, e tenho certeza que para todos nós, posto que o Senador Affonso Camargo foi substituído com galhardia pelo Senador Enéas Faria.

Mas a razão pela qual ocupo o microfone é que pretendo, ainda hoje, apresentar aos meus colegas para, se conseguir as assinaturas indispensáveis, apresentar à Mesa do Senado, um requerimento de convocação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Como é a primeira que proponho, desde já quero dar uma explicação que serve como pedido de assinatura para todos.

O Brasil, que na última sexta-feira, entrou no livro de ouro das democracias de Primeiro Mundo com o episódio do afastamento do Presidente Fernando Collor de Mello, em seguida à votação do **impeachment**, também vai entrar num livro que não é de ouro, em função da chacina ocorrida na Casa de Detenção em São Paulo.

Pelo que estou informado, o incidente de maiores proporções do gênero ocorreu no Peru, há cerca de 14 anos, envolvendo a morte de 120 detentos. E as informações extra-oficiais indicam que, em São Paulo, ocorreu uma chacina de proporções maiores do que aquela.

Pelo que isto representa — tanto para o País, quanto para o Estado, ou quanto para o cumprimento ou não da Constituição Federal — além das providências que o Governo de São Paulo está a desenvolver, como o afastamento de servidores diretamente ligados à questão, e do que isso possa representar em termos de satisfação da opinião pública, eu faço duas ponderações: primeiro, a morte em condições absolutamente violentas e hediondas de mais de 111 pessoas na Casa de Detenção em São Paulo, em circunstâncias que a televisão agora vai revelando. Esse episódio foi escondido da opinião pública durante 24 horas. Durante este período, a sociedade brasileira foi impedida, por um Governo democrático, por um Governo eleito pelo povo, de saber o que havia acontecido.

Não sei quantas ditaduras, no Brasil e no mundo, conseguiram suprimir a verdade acerca de mais de 100 mortes violentas promovidas por autoridades do Governo, no caso, autoridades policiais, por mais de 24 horas. Não sei quando isso aconteceu no Brasil. Não sei! E não sei quando aconteceu em outro país do mundo.

A televisão mostrou, ontem, a utilização de cães, rajadas de metralhadoras dentro de celas, uma delas — segundo informavam as televisões — com 14 pessoas em seu interior. Cenas deste jaez foram aventadas pela televisão, pelo noticiário, no dia de ontem e anteontem, mas durante 24 horas foram vedadas à sociedade brasileira.

Há uma crise penitenciária e há uma crise de informação, e é em torno de ambas as facetas desta crise que requeiro a constituição de uma CPI, para a qual, desde já, peço o apoio de meus pares, posto que quando comemoramos quatro anos de Constituição, comemorando igualmente fatos que comprovam a definitiva institucionalização da democracia no nosso País, um incidente dessa natureza não pode passar, como este está a passar, ao desaviso da sociedade brasileira.

Peço, portanto, a consideração e desde já o apoio dos meus pares.

O Sr. Júlio Campos — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Com muito prazer.

O Sr. Júlio Campos — Senador Esperidião Amin, Srs. Senadores, realmente é lamentável o que aconteceu em São Paulo nesse final de semana, quando quase 200 cidadãos brasileiros, criminosos ou não, condenados ou não, foram barbaramente assassinados na cadeia pública do Estado de São Paulo. Neste instante em que V. Exª comunica que vai solicitar a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar de perto esse lamentável acontecimento, eu tenho a dizer que V. Exª contará com o meu apoio não só para instalar essa comissão, como também para analisar a censura prévia, imposta, talvez em virtude de inúmeros gastos financeiros que as empresas públicas de São Paulo têm com os veículos de comunicação nacional. Ao proibir a divulgação desse fato, no plano nacional e estadual, fez-se pelo medo de um fato lamentável como esse prejudicar ou mudar o resultado eleitoral de 3 de outubro na capital de São Paulo e no próprio Estado de São Paulo. Além disso, o Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, já requereu, também, a instauração de inquérito na Procuradoria do Ministério Público Federal, para acompanhar de perto este assunto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Exatamente, nobre Senador Júlio Campos. Quero atalhar o aparte de V. Exª, em função de uma indagação que, informalmente, o nobre Senador Chagas Rodrigues me fez.

Tanto este é um assunto da órbita federal que ontem o Procurador-Geral da República instou, junto ao Ministério da Justiça, formalmente, que fosse apurado.

Para que V. Exª tenham uma idéia, comissões de direitos humanos do mundo inteiro virão aqui, porque foi a maior chacina penitenciária do mundo. Não bastasse o desrespeito aos direitos humanos, tutelados pela Constituição, a sonegação de informação também é crime federal.

Está sendo redigido o pedido da CPI sobre a crise penitenciária, que é um assunto federal, com base em fato concreto por ter ocorrido em uma cidade brasileira, com jurisdição da Polícia de São Paulo, da Justiça de São Paulo, mas sob jurisdição do Código Penal e da Lei das Execuções Penais. A questão da informação, que está sendo objeto de uma nova lei, já aprovada aqui, no Senado, a Lei de Imprensa, é eminentemente tutelada pela órbita federal. Para que V. Exª tenham uma idéia, não há dúvida que organismos internacionais de todo o mundo virão para cá investigar esse assunto e entendo que o Senado Federal não deve — não posso falar pelo Congresso — ficar omissos em relação a isso.

Devolvo-lhe a palavra.

O Sr. Júlio Campos — Concorro plenamente. Digo que é uma função do Senado, porque o Senado é uma Casa que representa os Estados brasileiros. Tanto é que aqui não há estado majoritário ou minoritário. Aqui todos os Estados são iguais, desde o pequeno Estado do Amapá, que tem três representantes, até o grande, portentoso e rico Estado de São Paulo com três representantes. Então, cabe ao Senado realmente instaurar essa comissão para investigar a grave crise do sistema carcerário brasileiro, não só a de São Paulo. O meu Estado, o Mato Grosso, também está com uma superpopulação carcerária, sem condições de alojar o número de pessoas que já foram punidas pela justiça, praticamente colocadas num campo de concentração. O mesmo ocorre no Estado do Rio de Janeiro, em todo Brasil, especialmente no Estado

de São Paulo. Portanto, V. Exª tem o meu apoio, principalmente para investigar por que a imprensa brasileira, que tão facilmente deturpa a imagem do cidadão, a imagem do homem público, a imagem do político, nesse instante, quando os direitos humanos são assacados da condição mais vil, — não que eu defenda bandido, pelo contrário, o que não pode ocorrer é a maneira como esses condenados, esses presos foram linchados — por que essa imprensa foi silenciada. O que vi na televisão foi uma cena de horror. As declarações do Cardeal de São Paulo, D. Evaristo Arns, comovem qualquer cidadão. Além do tiroteio, do assassinato, ouvimos depoimentos que os cães da polícia militar, que não são preparados para esse tipo de ação, atacaram os presos, os que não morreram metralhados, morreram rasgados pelos dentes dos cães bravios. Desculpe-me o eminente amigo, o Governador Antônio Fleury, a quem muito respeito, mas penso que apenas punir o comandante da tropa de choque da PM, ou o Diretor da Casa de Detenção, não satisfaz a opinião pública de São Paulo e muito menos a opinião pública brasileira. O mundo inteiro está de olho no Brasil neste instante, não só pelo que aconteceu na semana passada, há oito dias atrás, com a abertura do processo do impeachment do Presidente Collor, como também agora com esse gravíssimo atentado aos direitos humanos, ocorrido em São Paulo, quando foram chacinados cerca de 200 presos, devidamente protegidos pela Justiça daquele Estado. O requerimento de V. Exª tem o meu apoio, a minha solidariedade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Senador Magno Bacelar, vou dar por encerrada a minha intervenção.

Peço que aceite meu agradecimento pela compreensão. Quero aduzir duas palavras ao meu pronunciamento.

O Cardeal Arcebispo de São Paulo solicitou, instou, no fim da manhã, posto que é impossível haja uma investigação séria, o afastamento do Secretário da Segurança Pública. Isso vem ao encontro do que disse o Senador Júlio Campos.

O segundo aspecto, repito, compete a nós, como incumbirá a organismos internacionais, investigar assunto deste naipe.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Elcio Álvares — Sr. Presidente, peço a palavra como líder.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Álvares.

SR. ELCIO ÁLVARES (PFL — ES. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, por não ter sido permitido o aparte ao discurso do Senador Esperidião Amin, vou falar, rapidamente, manifestando, de público, a minha solidariedade ao sentimento de S. Exª, que é o sentimento nacional.

Esse problema de São Paulo, que contristou o Brasil inteiro, está repercutindo na opinião pública mundial e é muito mais grave do que parece à primeira vista porque deixa a nu a fragilidade do sistema carcerário brasileiro.

O Senador Júlio Campos reportou-se ao seu Estado, Mato Grosso, e quero dizer que, tristemente, no Espírito Santo o sistema carcerário é altamente deficiente.

Vi um quadro inesquecível, criaturas humanas como nós, que tiveram o pecado do delito, numeradas como se fossem objetos, num desfile perante as câmeras de televisão e de fotografias que deixam muito mal a dignidade humana.

Neste instante, portanto, quero afirmar ao Senador Esperidião Amin que conte desde já com a minha assinatura, porque entendo que uma CPI desta ordem, apesar da relevância do fato, envolve um trabalho muito importante, qual seja, de fazer com que o estudo da questão penitenciária no Brasil seja levado a sério, o que de fato até agora não ocorreu. Poucos, pouquíssimos governos estaduais, de parte do Governo Federal nem se fala, tinham um programa para estudar aspectos do problema penitenciário, o que foi totalmente esquecido.

O Sr. Júlio Campos — Até a privatização foi comentada!

O SR. ELCIO ÁLVARES — Exatamente. O que ocorre comumente nos Estados Unidos, aqui, também, está sendo altamente questionado.

Nesse instante, também me comprazo porque o meu Líder, Marco Maciel pede que leve ao Senador Esperidião Amin a solidariedade da Bancada do Partido da Frente Liberal.

Esse problema é muito grave. No momento em que o Brasil experimenta transformações tão grandes, temos de tratar desse assunto com a maior seriedade.

Sou advogado; estou acostumado a conviver com esse problema quase que diariamente e confesso sinceramente, a advertência cara, tristíssima do Estado de São Paulo deve repercutir nesta Casa e os Senadores, identificados com os mesmos propósitos, têm de buscar uma solução. Criaturas humanas como nós, que têm as suas culpas perante o Código Penal, não podem pagar de uma maneira tão triste, tão lamentável, com as suas vidas, um tributo que choca nesse momento a opinião pública mundial.

Não queremos, de maneira nenhuma, inquérito rigoroso ou mais um inquérito; queremos dar uma satisfação sim a todos os brasileiros que, neste instante, vão erigir suas vozes para exigir não só do Governo do Estado de São Paulo, mas de todos aqueles que têm responsabilidade direta e indireta. E o Senado também tem responsabilidade na solução desses problemas.

Portanto, seja bem-vinda a CPI do Senador Esperidião Amin para debater o problema penitenciário. De antemão, tenho certeza de que esta Casa, na sua unanimidade, vai estar solidária, porque não podemos permitir que espetáculos como esses, que começaram, torno a frisar, com pequena intensidade, que eram pequenos acontecimentos em pequenas penitenciárias, hoje venham a explodir da maneira mais triste, em São Paulo, fazendo com que tenhamos vergonha da nossa condição humana.

Neste momento, a solidariedade de toda a Bancada do Partido da Frente Liberal ao nobre Senador Esperidião Amin, que, por certo, vai dar o melhor do seu patriotismo para que essa Comissão dilucide, de início, esse grave problema, que é a questão carcerária no Brasil.

O Sr. Chagas Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A Presidência adverte a V. Ex^a que já se achava inscrito, como Líder, o nobre Senador Irapuan Costa Júnior. Após a fala do nobre Senador, concederei a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Chagas Rodrigues — Perfeitamente, Sr. Presidente.

Gostaria também de usar da palavra no exercício da Liderança.

O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB-GO. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaríamos de fazer duas comunicações a esta Casa. A primeira delas diz respeito a uma nota publicada no jornal *O Globo*, de quinta-feira, 1º de outubro, sob o título: “Questão Militar”. Diz a nota:

“Muita gente — inclusive os Senadores Jarbas Passarinho e Pedro Simon — tentou, e não conseguiu, fazer chegar a Itamar Franco o conselho para que mantenha os três Ministros militares, até que se complete o julgamento de Collor, e ele passe a ser Presidente definitivo. Não conseguiram. Itamar esteve o dia todo cercado.

A possível substituição do Ministro do Exército, Carlos Tinoco, ainda não decidida, tem explicação política. A assessoria parlamentar do Exército, chefiada pelo Coronel Albuquerque, teria tentado aliciar parlamentares para votar contra o impeachment”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho, por força da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, a oportunidade de conviver com a assessoria dos Ministros militares diariamente, e posso afirmar a V. Ex^a e aos meus caros Colegas que nada mais falso do que essa afirmativa que aqui está. A retidão e a honestidade profissional dos assessores militares nesta Casa, principalmente do Coronel Albuquerque, estão acima de qualquer insinuação, como a contida nesta nota. Gostaria, portanto, de registrar o meu testemunho pessoal quanto à retidão, quanto à conduta linear que tiveram esses assessores militares na questão do impeachment do Presidente Collor.

A outra comunicação que quero fazer à Casa diz respeito a observações que fizemos — e não só eu, mas inúmeros Colegas, entre eles o Senador Jonas Pinheiro, que aqui se encontra —, quando visitamos algumas unidades da Marinha de Guerra do Brasil. Na Estação Antártica Comandante Ferraz, no Centro de Pesquisa de Aramar, em Iperó, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, no Instituto de Pesquisa da Marinha, em Niterói, além de sermos despertados para o trabalho muito sério e competente que ali se realizava, tivemos ainda a nossa atenção despertada para um fato digno de registro: o perfeito entrosamento entre a Marinha brasileira e as várias universidades que se espalham por todo o território nacional.

Os convênios que a Marinha assinou com as universidades são de uma enorme abrangência, não apenas no que diz respeito ao seu objeto, mas também no tempo e no espaço.

Para o conhecimento desta Casa, depois de uma pesquisa que fiz, citaria apenas que a Marinha tomou as primeiras iniciativas na integração com as universidades brasileiras ainda nos anos 50, assinando os seus primeiros convênios com a USP e com o IPT — Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. Esses convênios nunca mais foram abandonados e, até hoje, a USP e o IPT se inscrevem entre os maiores colaboradores da Marinha.

— Diria mais: é mesmo de se admirar como pôde essa aproximação se manter através dos anos 60, quando estudantes, cientistas, professores e militares não eram, para dizer o mínimo, os camaradas ideais. No fim da década de 70, a Marinha ampliou essa área de contato e assinou seis convênios, em 1977, e mais um em 1978. Lembro-me bem que ainda vigorava o Ato Institucional nº 5 e, embora os ânimos entre militares e estudantes estivessem um pouco arrefecidos, ainda uns e outros se olhavam de lado.

Na década de 80, a Marinha viria a assinar algumas centenas de convênios com as universidades brasileiras e praticamente todas as universidades costeiras participariam desse trabalho conjunto. Além do mais, a assinatura desses convênios não obedeceria ao critério de centralização e vários órgãos dentro da Marinha — mais de duas dezenas deles — fariam, em separado, convênios com a universidade brasileira.

As universidades, mais de 60, somar-se-iam algumas outras entidades, como o IBGE e a FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos. Só a USP firmou 105 convênios com a Marinha; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul firmou 68; a Fundação Universidade do Rio Grande do Sul, 66; a Universidade Federal do Paraná, 53; a Universidade Federal Fluminense, 39.

O horizonte abrangido é o mais variado possível, principalmente os convênios que foram firmados ao abrigo do Programa Antártico. Surgem aí estudos no campo da Geologia, da Biologia Marítima, da Meteorologia, da Oceanografia, da Glaciologia etc.

Gostaria de ressaltar aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa extraordinária visão da Marinha. Desde os meus tempos de universitário, fala-se de uma integração universidade/empresa, que nunca foi realizado. No entanto, a Marinha, que não é uma empresa e não tem a flexibilidade que as empresas têm — é um organismo governamental cercado de liames, como todos sabemos —, pôde trilhar esse caminho e obter resultados que classifico de muito felizes.

Tive a oportunidade de verificar, principalmente no Centro de Pesquisa de Aramar, onde se desenvolve o Programa Nuclear da Marinha, que o que se faz ali é um trabalho de primeiro mundo, que nada fica a dever aos laboratórios que eu pude visitar na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos.

Os estudos realizados hoje, não só por meio de convênio com a USP, como também com o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, levaram esse trabalho, que é de alto sentido patriótico, a níveis que ainda não são vistos no Brasil. No que-diz respeito, hoje, à propulsão de navios, principalmente navios-submarinos, posso afirmar a esta Casa que é algo também que só encontra paralelo em poucos países do primeiro mundo.

Finalmente, gostaria de deixar consignados aqui os meus agradecimentos ao ex-Ministro Mário César Flores, que foi o autor dos convites que recebi pessoalmente e que muitos Colegas da Casa também receberam, para visitar essas instalações.

Algumas dessas viagens foram feitas em companhia do Almirante, hoje reformado, João Batista Paoliello, que sempre se mostrou um homem muito entusiasmado com o trabalho que a Marinha vinha e vem realizando no campo da ciência e da tecnologia, em simbiose com as universidades brasileiras.

Gostaria de homenagear, também, todos os pesquisadores com quem tive contato, durante o inverno antártico, no Centro de Pesquisas de Aramar, em Iperó; no Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro; no Instituto de Pesquisa da Marinha, em Niterói, como também os pesquisadores das várias universidades brasileiras com quem me encontrei, na pessoa do extraordinário Almirante Othon Pinheiro, que chefiava os estudos que a Marinha realiza, hoje, em Aramar.

Esse agradecimento é particularmente profundo, porque no momento em que todos vivemos uma crise muito grande no País — crise essa que, por vezes, faz com que alguns duvidem mesmo da própria capacidade do povo brasileiro —, podemos

ver ali comprovado não por palavras, mas por fatos que, de fato, temos futuro e somos uma Nação capaz.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. IRAPUAN JÚNIOR EM SEU DISCURSO.

“A MARINHA E A UNIVERSIDADE

Irapuan Costa Júnior

As visitas que fiz à Estação Antártica Comandante Ferraz; ao Centro de Pesquisas de Aramar, em Iperó; ao Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro; e ao Instituto de Pesquisas da Marinha, em Niterói, além de despertarem minha admiração pelo trabalho sério e competente que presenciei — quando muitas vezes vi o patriotismo e a dedicação suprimindo a falta de recurso — proporcionaram-me uma constatação digna de registro, pelos bons resultados alcançados: A de que a Marinha de Guerra do Brasil conseguiu um entrosamento com a Universidade Brasileira que por sua abrangência, pelos frutos colhidos e pelo pioneirismo nesse gênero de integração no Brasil está a merecer aplausos e incentivo.

Quando falo de abrangência não me refiro apenas aos temas objeto dos convênios, já por si sós notáveis, em número, variedade e importância, quer considerados do ponto de vista da Marinha, quer vistos da perspectiva das universidades envolvidas. Refiro-me também à sua abrangência no tempo, dado que não é de agora que a Marinha e a Universidade Brasileira se entendem, e no espaço, pois é grande o número de unidades de ensino e pesquisa universitária por nosso território afora que ombream, ou ombreiam com nossos marinheiros de guerra nos trabalhos de pesquisa, tecnologia e desenvolvimento, alguns deles dignos de qualquer país de primeiro mundo, e digo isso como engenheiro e professor, numa análise feita com toda a frieza da técnica, sem qualquer ufanismo injustificado.

Fala-se muito, não é de hoje, na integração Universidade-Empresa no Brasil em moldes semelhantes ao que se faz nos países mais adiantados. Lembro-me bem das discussões em torno do assunto já nos meus tempos universitários nos anos 50. Ficamos nas discussões. Não existe, até hoje progresso visível, ao menos para mim, nessa integração. Nunca pude percebê-la nas várias atividades que exerci, a não ser revestida da timidez de algumas experiências promovidas por professores mais esclarecidos ou empresários mais arejados. Por isso mesmo, o que se passa no relacionamento Marinha-Universidade adquire expressão maior, e está a merecer um melhor exame de outros setores da sociedade, para os quais, bem como para as universidades seria conveniente que o exemplo dessa simbiose se multiplicasse. Não nos esqueçamos ainda que a Marinha, como entidade sujeita a todos os liames públicos que é, nem por isso deixou-se tolher no seguir esse caminho que tantos benefícios tem trazido.

Mas façamos uma abordagem, ainda que rápida, dessa questão no tempo, pois é interessante:

A Marinha tomou as primeiras iniciativas nessa integração ainda nos anos 50, assinando seus primeiros convênios com a USP-Universidade Federal de São

Paulo e como IPT-Instituto de Pesquisas Tecnológicas (de São Paulo) ainda naquela década. Diga-se a bem da verdade: estes convênios nunca mais seriam abandonados, e até hoje USP e IPT se inscrevem entre os maiores colaboradores da Marinha. É mesmo de se admirar como pôde esta aproximação se manter através da tempestade dos anos 60, quando estudantes, professores, cientistas e militares não eram, para dizer o mínimo, os camaradas ideais.

No fim da década de 70, mais precisamente em 1977 a Marinha passaria a ampliar sua área de contacto com as universidades e entidades afins; assinaria seis convênios nesse ano e um convênio em 1978, além dos que já vigoravam. Ampliaria também seu leque de parceiros: Universidade Federal do Rio de Janeiro, PUC-Pontifícia Universidade Católica e Universidade Santa Úrsula se juntavam a esta cooperação. E não deixemos de lembrar que estávamos em pleno ciclo de governos militares, que o AI-5 só seria extinto em 1979 e que militares e universitários, mesmo com os ânimos já um pouco arrefecidos, ainda se olhavam de lado.

A década de 80 seria a mais produtiva, mesmo estando o País se estiolando na esteira dos choques do petróleo e da dívida externa: seriam assinados convênios com muitas entidades, quase todas universitárias,

Em 1980- 5 convênios
Em 1981- 5 convênios
Em 1982- 9 convênios
Em 1983- 81 convênios
Em 1984-121 convênios
Em 1985-89 convênios
Em 1986- 91 convênios
Em 1987- 79 convênios
Em 1988- 79 convênios
Em 1989- 20 convênios

Responsáveis diretos por esse vigoroso aumento de trabalho cooperativo eram principalmente o Programa Antártico e alguns importantes projetos de pesquisa visando nosso desenvolvimento tecnológico nos campos de responsabilidade da Marinha. Visitei algumas entidades encarregadas desses projetos e como disse antes, fiquei bastante impressionado com a qualidade do trabalho que vi. Na década atual o trabalho continua, embora como não poderia deixar de acontecer, muito prejudicado pela falta de recursos que atinge o Brasil como um todo: governo, empresas e indivíduos. Mesmo assim, a cada ano novos convênios são firmados, e não se perde a sequência dos trabalhos em andamento, embora isso seja feito a duras penas e a Assessoria Parlamentar do Ministério da Marinha se desdobre a cada dia junto ao Congresso Nacional para assegurar o mínimo de verbas necessário.

O horizonte de colaboradores se ampliou muito, e aumenta a cada ano. Dos dois parceiros da década de 50 passou a Marinha a contar com mais de seis dezenas de conveniados, quase todas universidades ou unidades de ensino independentes, embora figurem na lista algumas entidades não docentes, mas nem por isso menos importantes para os objetivos buscados, como o IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a FINEP-Financiadora de Estudos e Projetos.

A campeã de convênios é a USP, com 105 firmados até hoje, e muitos deles em vigor. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul com 68 convênios e a FURG-Fundação Universidade do Rio Grande com 66 são quem se segue. A Universidade Federal do Paraná conviniu-se 53 vezes e UFF-Universidade Federal Fluminense 39. As universidades dos estados costeiros são praticamente todas partícipes deste ótimo trabalho conjunto, algumas delas, como a Universidade Federal do Ceará com expressivo número de contratos (25 no caso).

Não há uma centralização dos convênios dentro do Ministério da Marinha, o que sem dúvida contribuiu para tornar bem dinâmico, como o é, este processo. Pelo menos 25 órgãos distintos no Ministério firmaram seus próprios acordos de cooperação, e o principal deles é a SEICIRM-Secretaria da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, com mais de 500 (Isso mesmo: quinhentos). Por esse número se tem uma idéia do trabalho que vem sendo realizado no campo dos recursos do mar. A DSM-Diretoria de Saúde da Marinha, assinou já 58 convênios e a Diretoria de Armas e Comunicações 38. O CASNAV-Centro de Sistemas de Análises Navais assinou 16 e a Coordenação de Projetos Especiais, 11. O Instituto de Pesquisas da Marinha, que não é instituição antiga, tem 6 convênios.

Não há como abordar num artigo limitado como esse todas as áreas objeto dos muitos convênios, mas não quero deixar de fazer alguns comentários, ainda que superficiais: O Programa Antártico está muito voltado para os estudos biológicos, geológicos e meteorológicos e dou meu testemunho (ocular, para usar um lugar comum) de que o entrosamento é perfeito entre as universidades e a SECIRM. Os estudos vão da oceanografia e glaciologia, passando por uma vasta gama de campos na biologia e bioecologia marinha chegando até a física da alta atmosfera. Pesquisadores universitários hibernam em nossa Estação Antártica ao lado dos oficiais da Marinha em um trabalho de muito cooperação e resultado.

A visão da Marinha, não fosse tão feliz no buscar uma soma de esforços com a comunidade tecnocientífica nacional talvez não tivesse permitido chegar aonde chegamos na busca de tecnologia de ponta. Deve-se a essa visão um avanço extraordinário em campos onde não se consegue transferência de tecnologia, e mesmo ao contrário, procura-se desviar os pesquisadores do caminho certo para provocar atrasos, gastos inúteis e incertezas, como são os casos do campo nuclear e da construção e equipamento eletrônico de navios de guerra. Foi por essa visão que chegamos à solução estrutural para construção de nossas corvetas e submarinos, que chegamos à obtenção do combustível nuclear e à última palavra em geradores elétricos para propulsão submarina.

Serei sempre grato ao Ministro Mario Cezar Flores, autor dos convites para visitas aos projetos de pesquisa e tecnologia da Marinha, ao Almirante João Batista Paoliello, companheiro de entusiasmo com realismo nas visitas, e na pessoa do Almirante Othon Pinheiro aos pesquisadores da Marinha e das Universidades com quem tive contato. Num momento de largas difi-

culdades nacionais, quando surge por vezes a desesperança, estão eles, longe das palavras e junto dos fatos a mostrar que sim, temos futuro, somos capazes.

Brasília, 20 de Setembro de 1992

(Irapuan Costa Junior é Senador e Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.)

Durante o discurso do Sr. Irupuan Costa Júnior, o Sr. Magno Bacelar, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Concedo a palavra, pela liderança do PSDB, ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo, também, lamentar profundamente e condenar a chacina ocorrida em São Paulo, na Casa de Detenção. Por isto, dou o meu apoio à iniciativa do nobre Senador Esperidião Amin, quando anuncia o requerimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero, nesta oportunidade, não apenas condenar o ocorrido em São Paulo, como também levar a minha solidariedade às famílias das vítimas, bem como a todos aqueles que no Brasil e no mundo sempre defenderam os direitos humanos, sobretudo o mais sagrado deles: o direito à vida.

Esperamos, Sr. Presidente — e este é um desejo de toda a Nação brasileira — que o ilustre Governador Luiz Antônio Fleury Filho tome as necessárias providências, não só para impedir que se repitam espetáculos dessa natureza, como também para punir, na forma da lei, os responsáveis por tão hediondo massacre. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro como Líder do PTB.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB — AP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, farei três breves registros. O primeiro para dizer ao Senador Pedro Teixeira, em nome da Liderança do PTB, quão grata é a presença de V. Ex^a entre nós; queremos dar-lhe as boas-vindas e dizer-lhe que receberá da Bancada do PTB, assim como de todas as bancadas aqui representadas, a fraternidade, o companheirismo e a lealdade que são as marcas tradicionais e os valores maiores nesta Casa. V. Ex^a haverá de ver que, convergindo ou divergindo, há o respeito pelas opiniões e posições pessoais. V. Ex^a se sentirá muito bem! Traga as suas luzes para junto debatermos aqui os graves problemas que afligem nossa Nação.

Em nome da Bancada do PTB, dou-lhes as boas-vindas, considerando que o Senador Valmir Campelo, integrante da nossa bancada, já havia manifestado a sua satisfação, pela posse de V. Ex^a, ao assumir a cadeira, deixada vaga pelo Senador Maurício Corrêa, que tanto honra e enobrece esta Casa, com sua sabedoria, com seu conhecimento dos problemas nacionais.

Portanto, receba o nosso abraço, o nosso aplauso e a certeza de uma convivência fraterna, nobre Senador Pedro Teixeira.

O segundo registro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, diz respeito ao que já foi pontificado pelas várias lideranças, que se manifestaram, condenando unanimemente o massacre

ocorrido na Casa de Detenção de São Paulo. E quão lamentável, quão inoportuno esse fato, primeiro porque entramos numa semana no livro de ouro da Democracia internacional, para na semana seguinte entrarmos no livro dos horrores.

Que tristeza, que marca, que mancha, na nossa democracia, na nossa liberdade, no desconhecimento dos direitos humanos.

Por isso, venho, em nome da Bancada, manifestar o nosso apoio, ao pedido de instalação da CPI, aqui proposta pelo nobre Senador Esperidião Amin, para avaliar a questão penitenciária no nosso País, que é um dos graves e maiores problemas sociais que enfrentamos.

O terceiro registro, em caráter pessoal, é em apoio às palavras aqui ditas pelo Senador Irupuan Costa Júnior, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional. Como S. Ex^a recebi vários convites do Ministro César Flores, tendo a oportunidade de conhecer as pesquisas que a Marinha desenvolve no interior de São Paulo, em Peró, e no Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro. Fiquei muito impressionado com o avanço tecnológico, com o domínio da tecnologia nuclear, com o avanço científico que verifiquei e comprovei nas unidades da Marinha, dignificando a vida pública da nossa Nação.

Tenha certeza, Sr. Presidente, que naquele momento todos nos sentimos como integrantes de país de primeiro mundo, tão grande o avanço científico e tecnológico que ali constatamos. Reconhecemos que em nenhum momento vimos recursos públicos tão bem empregados como nessas unidades da Marinha, que tivemos o privilégio e a oportunidade de visitar.

Em caráter pessoal, estendo meu agradecimento ao Ministro César Flores pela oportunidade que nos deu em conhecer essa parte importante do mundo científico de nossa Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, critiquei várias vezes desta tribuna a inoportuna e injustificável transferência para Brasília da sede da Embratur, já que o Rio de Janeiro por suas características, por sua tradição é, sem dúvida, capital do turismo no Brasil. Mas acentuei, naquela oportunidade, que essa transferência havia sido feita exclusivamente para que a Presidência da Embratur pudesse ser confiada a um amigo pessoal do então Presidente que não queria se transferir de Brasília e se chegou ao absurdo de se trazer a Embratur para esta capital, já que o Presidente nomeado não queria se transferir para o Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, todos os diretores estão nomeados em Brasília mas o funcionamento da Embratur continua ocorrendo no Rio de Janeiro.

O que quero, nesta oportunidade, já que o Presidente Itamar Franco anuncia uma reforma administrativa, é que S. Ex^a leve em consideração esse aspecto e que devolva ao Rio de Janeiro, tão esvaziado, a sede, o funcionamento da Embratur, já que não manterá certamente como Presidente o atual titular que continuará com sua agência de turismo em Brasília e, certamente, não fará mais viagens para as Ilhas Seychelles, mas continuará prestigiado pelos seus clientes.

Acho que essa é uma oportunidade de se corrigir um grave erro que trouxe muito prejuízo para o turismo nacional.

Os índices que aí estão mostram que foi um desastre a transferência para Brasília da sede da Embratur, quando esta, por todos os títulos, deveria ficar situada no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, finalizando, recorde que durante muitos anos, em várias tentativas, procurei ampliar o antigo Ministério de Indústria e Comércio para ser um Ministério de Indústria, Comércio e Turismo. Não haveria aumento de funcionários; apenas aumentar-se-ia uma letra na denominação do instituto. E onde chegasse um documento como Indústria e Comércio, haveria também a propaganda do turismo no Brasil. Todos os países civilizados fazem isso; porém, não encontrei ressonância nesta Casa, embora houvesse apresentado vários projetos.

Nesta hora em que se procura fazer uma reforma ministerial, bom seria que se atendessem a essas reivindicações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta oportunidade que me é conferida, aproveito para agradecer os votos de boas-vindas que me deram V. Ex^a, agora no exercício da Presidência, meu colega de Bancada do Distrito Federal; o eminente Líder do PSDB, Senador Chagas Rodrigues; o Senador Esperidião Amin; o Senador Jonas Pinheiro que, há pouco tempo, me honrou com esse voto de boas-vindas e agradeço especialmente aqueles amigos que vieram aqui me prestigiar.

Sou, Sr. Presidente, um homem eminentemente de Brasília.

Esta Casa me é familiar porque, já em 1960, tive o privilégio de servir ao Parlamento, então no exercício de jornalista que era do *Correio da Manhã* e como repórter setorial nesta Casa.

Hoje, dizia, numa entrevista matinal, que aquele órgão de imprensa me mandou para cá a fim de combater a transferência da Capital do Brasil, mas a minha presença aqui prova que acabei traindo o jornal e ficando com aquele sonho melhor de todos os brasileiros.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que diante de tanto afago, diante de tanta fraternidade já aqui demonstrada sinteticamente pelos Srs. Senadores e com a oportunidade de aprender que, por certo, terei das experiências, honrarei, dentro da minha capacidade, com muita seriedade, com muito trabalho esta Casa do Congresso Nacional nesta fase difícil de transição.

Por certo, quando o Brasil inteiro sai orgulhoso de seus representantes no Parlamento, sem dúvida nenhuma me esforço para corresponder a essa confiança e dar curso aos trabalhos daquele eminente Líder do PDT e, hoje, Ministro da Justiça, Senador Maurício Corrêa.

Veja V. Ex^a e vejam os Srs. Senadores que não será fácil substituir o Senador Maurício Corrêa, mas tenho certeza de que vou me esforçar, pois estou com S. Ex^a há mais de 10 anos nas lides políticas e há mais de 30 na amizade. Não há dúvida que tenho um canal aberto com S. Ex^a no sentido de buscar experiência, luz e orientação para que aqui eu possa reproduzir, em parte, o brilho com que S. Ex^a desempenhou suas funções.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Fique certo de que aqui há um Senador inteiramente aberto e pronto a unir forças com V. Ex^a

Mais uma vez, muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Pedro Teixeira, o Sr. Valmir Campelo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Beni Veras. (Pausa)

S. Ex^a não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho. (Pausa)

S. Ex^a não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, 5 de outubro de 1992, o Brasil todo comemorou o centenário de nascimento do grande brasileiro Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello.

Muito já foi dito sobre Assis Chateaubriand, um paraibano simples que começou a trabalhar logo cedo, aos 14 anos, no jornal *O Pernambuco*. De família humilde, para custear seus estudos trabalhou posteriormente no *Jornal do Recife* e no *Diário de Pernambuco*, escrevendo artigos políticos e fazendo comentários nacionais e internacionais.

Aos 25 anos de idade, mudou-se para o Rio de Janeiro, abandonando a sua Cátedra na Faculdade de Direito, ocupando o cargo de Redator-Chefe do já famoso *Jornal do Comércio*. Posteriormente, colaborou no *Correio da Manhã*, sendo também Redator-Chefe do *Jornal do Brasil*, onde desdobrou-se em artigos diários sobre os mais importantes acontecimentos nacionais e internacionais. A essa altura, já era requisitadíssimo, tanto como jornalista, quanto como advogado.

Na qualidade de correspondente do *Correio da Manhã*, foi para a Europa em 1920, onde percorreu vários países, traçando um quadro geral da Europa saída da guerra. Regressando ao Brasil, resolveu fundar o seu próprio jornal, adquirindo assim *O Jornal*, que estava em situação precária e que seria o primeiro elo de uma cadeia que se estenderia mais tarde por 18 Estados e 23 cidades do País.

Assis Chateaubriand sonhava em promover, através da imprensa, um elo de unidade da Pátria, motivo por que empenhou-se na formação do Grupo Diários Associados, que na sua visão era a imprensa a serviço do Brasil.

Além de possuir, integrados em seu Grupo, mais de 30 jornais, as empresas Associadas, através da Rádio Tupi de São Paulo, formaram uma cadeia de 25 emissoras de rádio, espalhadas por todo o Brasil. No campo da editoração semanal, lançou a Revista *O Cruzeiro*, que se transformou na maior da América Latina de todos os tempos, não tendo sido, até hoje, superada a sua marca de vendas: 800 mil exemplares comercializados nas bancas (naquela época, havia 15 revistas em circulação no País).

Em 1950, com o advento da era da televisão, coube também a Chateaubriand inaugurar a primeira Estação da América Latina, mantendo-se depois a ela mais 18 estações associadas. Formava-se, definitivamente, a Rede Associada, comandada pelo velho e respeitado Capitão.

Dotado de espírito empreendedor, tinha também aguçada sensibilidade artística. Embora não empunhasse o pincel, criou uma verdadeira obra-prima: o Museu de Arte de São Paulo — MASP. Queria reunir no Brasil uma pinacoteca no mesmo nível dos grandes acervos de museus dos países desenvolvidos. A par disso, não tinha em sua casa uma só obra de Portinari, de quem foi o maior comprador, nem de qualquer outro pin-

tor, uma vez que doava os quadros ao Museu, segundo Pietro Maria Bardi, Diretor do MASP desde a sua fundação.

Dentre as inúmeras passagens interessantes da sua vida, o velho Capitão, quando Senador da República, precisamente em agosto de 1956, no auge da Primeira Campanha Ecológica de que se tem notícia, por ele patrocinada, deu uma grande lição de lirismo à Nação brasileira, libertando centenas de colibris que estavam em cativeiro, por se encontrarem ameaçados de extinção. Vivia o Brasil — sob o Governo de Juscelino Kubitschek — um momento político muito especial, com o povo dividido entre o dinamismo de JK, com suas múltiplas frentes de trabalho e a inflação, as greves e as CPIs contra seu Governo no Congresso Nacional.

Dedicado também à causa indígena, não foi por acaso que muitas emissoras de tv e rádio do Grupo Associados receberam nomes como Itacolomi, Tupi, Baré, Poty, Mara-joara e Tamoio. Chateaubriand sempre dava à questão do índio um tratamento privilegiado em suas revistas, jornais e emissoras de rádio, além da logomarca da primeira Emissora Nacional de Televisão: a TV TUPI, que era um indiozinho. Ciente da importância dos primeiros contatos entre o índio e o homem branco, determinou à Revista **O CRUZEIRO** que acompanhasse os sertanistas Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Boas quando se aventuraram na marcha para o Oeste. Foram escritas amplas reportagens sobre o assunto que representou, para os desbravadores e incentivadores da proeza, a incorporação de territórios enormes ao corpo econômico-social do País.

À frente da Campanha Nacional de Redenção da Criança, que lançou em 1945, o fundador dos DIÁRIOS ASSOCIADOS arrecadou mais de seis milhões de dólares que utilizou na construção de cerca de 500 Postos de Atendimento às Crianças em todo o País, os quais foram responsáveis pela redução de pelo menos 50% das taxas de mortalidade infantil registradas na época.

Um homem múltiplo em quantidade de afazeres e, principalmente, em qualidades no fazer, o Velho Capitão Assis Chateaubriand deixou saudades e um grande e profícuo exemplo de vida. E neste momento só se pode dizer coisas boas das suas realizações, que se deram praticamente em todas as vertentes.

Como homem ligado à área das comunicações no meu Estado, Mato Grosso — a minha família também participa deste setor na terra de Rondon —, não poderia deixar, neste instante em que todo o Brasil rememora a figura de Assis Chateaubriand, de ocupar a tribuna do Senado da República para, em nome da gente mato-grossense e do Centro-Oeste, saudar o grande paraibano, o grande jornalista, o embaixador, o grande político que foi Francisco de Assis Chateaubriand, que recebeu, indiscutivelmente, o apoio da unanimidade nacional como o homem das comunicações.

O Sr. Raimundo Lira — V. Exª me permite um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS — Concedo o aparte ao eminente Senador Raimundo Lira.

O Sr. Raimundo Lira — Senador Júlio Campos, indiscutivelmente, o ex-Senador Assis Chateaubriand foi um dos paraibanos mais ilustres que conhecemos e, portanto, sinto-me profundamente honrado de ter o seu nome ao lado de grandes estadistas, como José Américo de Almeida, Epiácio Pessoa, etc. Assis Chateaubriand nasceu de uma família humilde, no interior, na Cidade de Umbuzeiro; foi autodidata e chegou

a posição de destaque, não só no Brasil mas no mundo, como V. Exª tão bem ressaltou em seu discurso. Com relação ao meu Estado, tão logo Assis Chateaubriand conseguiu destaque e importância como empresário na área das comunicações, ele trouxe para a Paraíba os frutos do seu trabalho e a projeção das suas empresas. Fundou na Cidade de Campina Grande, ainda na década de 50, o jornal **O Diário da Borborema**, que ainda hoje continua sendo o maior jornal da cidade. Fundou, em João Pessoa, o jornal **O Norte** que há muitos anos disputa a liderança em todo o Estado da Paraíba. No início da década de 60, fundou, também em Campina Grande, o primeiro canal de televisão, a Televisão Borborema e doou para Campina Grande o Museu de Arte de Campina Grande, inclusive com algumas telas de sua propriedade, entre elas um pedaço valiosíssima, uma tela do pintor Portinari. Portanto, mesmo com o seu prestígio nacional e internacional, Assis Chateaubriand não esqueceu a sua terra natal, a sua cidade, o seu Estado e isso, sem dúvida nenhuma, é motivo de alegria e de satisfação para todos nós paraibanos. Receba, portanto, V. Exª um reforço e um depoimento sincero de um paraibano que admira o trabalho e a trajetória do Capitão Assis Chateaubriand. Muito obrigado.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Muito obrigado. Com muita honra, incorporo ao meu pronunciamento o aparte de V. Exª

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia de ontem, 5 de outubro de 1992, quando todo o Brasil comemorou o centenário de nascimento de Assis Chateaubriand, a gente mato-grossense não poderia também deixar de participar dessa homenagem, principalmente nós que somos uma família que tem profunda ligação com os veículos de comunicação social.

Em nome do Grupo Futurista de Comunicação, através da Televisão Rondon, da Televisão Brasil-Oeste, da Rádio Industrial, da Rádio Antena 1 e do jornal **O Estado do Mato Grosso**, que é o mais antigo jornal do nosso Estado, e que também teve o privilégio de receber em seu solo a fundação do órgão dos Diários Associados, que é o jornal **Diário da Serra**, hoje, em Campo Grande, Capital do Mato Grosso do Sul, quero trazer ao povo paraibano, por ter dado ao Brasil esse grande homem à imprensa nacional, por ter revelado ao Brasil esse grande jornalista-empresário da comunicação social, os nossos cumprimentos e a certeza de que a imprensa brasileira, a certeza de que o nosso País precisava ter pelo menos cem Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello no seu seio, no seio da sua gente.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) — A Presidência se associa a justa homenagem que o Senador Júlio Campos presta à memória de tão notável brasileiro, Assis Chateaubriand, bem como às palavras de apoio manifestadas pelo Senador Raimundo Lira, digno representante da Paraíba nesta Casa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há cerca de dois anos, ganhou corpo, no Brasil, a idéia de baixar as tarifas de importação, a fim de que os produtos estrangeiros pudessem chegar ao mercado brasileiro com preços mais reduzidos.

Paralelamente, na esteira da orientação neoliberal da nossa economia, buscou-se, nesse mesmo período, reduzir-se os subsídios à agricultura.

Esta estratégia, entretanto, não se tem mostrado vantajosa para o Brasil, notadamente porque, ao contrário do que se pensa, os ditos países do Primeiro Mundo, de economia aberta, que deveriam ser os grandes importadores do excedente agrícola dos países em desenvolvimento, são, na verdade, os que apresentam maiores barreiras à importação e mantêm generosos subsídios a seus agricultores.

Independente da evidente contradição existente entre a pregação 'liberalizante' dos países ricos e o protecionismo que adotam em suas políticas agrícolas, a verdade dos fatos é que a agricultura, desde os primórdios da civilização, sempre foi considerada um setor estratégico, que merece cuidados especiais.

Esta evidência parece plenamente absorvida nas economias do Primeiro Mundo, onde países como a França, além de manterem pesados subsídios à agricultura, primam-se por um conjunto de barreiras e tarifas alfandegárias desestimulantes à entrada de produtos agrícolas estrangeiros.

Dessa forma, Sr. Presidente, o crescimento da agricultura no Primeiro Mundo baseou-se principalmente no incentivo à produção e nas limitações impostas ao comércio agrícola internacional.

No Brasil, as coisas funcionam exatamente ao contrário! Enquanto na Europa os produtores dispõem de fartas linhas de crédito e subsídios, o agricultor brasileiro consegue a proeza de produzir alimentos com escassos recursos. A safra de 70 milhões de toneladas de grãos, prevista para este ano, é a maior confirmação desta assertiva.

Apenas para se ter uma idéia da diferença nos montantes de investimentos na agricultura, basta dizer que a Comunidade Econômica Européia gastou, no ano passado, cerca de 81 bilhões de dólares com sua agricultura; os Estados Unidos, 35 bilhões, e o Brasil, apenas 200 milhões.

Frente a tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e amainados os efeitos da monumental crise política a que estivemos submetidos, talvez seja hora de revermos a nossa política agrícola. Entendo que a liberalização na economia e a eliminação de barreiras alfandegárias são êxitos indiscutíveis patrocinados pelo Governo que ora se encerra. É inegável que os esforços de modernização da economia foram muito positivos e devem, por isto mesmo, continuar sob a nova ordem que se instala com a assunção do Vice-Presidente Itamar Franco.

Entretanto, em que pesem os resultados alvissareiros da safra agrícola deste ano, é preciso admitir que a agricultura no Brasil ainda não ocupa a posição estratégica que deveria ter, principalmente se considerarmos que somos um país com todas as condições necessárias à formação da maior potência agrícola do Planeta. Os duzentos milhões de hectares de cerrados férteis, cuja exploração vem produzindo resultados surpreendentes, são provas irrefutáveis das potencialidades que podem transformar o Brasil no maior produtor de alimentos do mundo.

Para tornar realidade o pleno desenvolvimento da agricultura nacional, basta seguir o receituário dos países do Primeiro Mundo. Metas gerais de direcionamento maciço do crédito rural devem ser consideradas pelos responsáveis pela nossa política agrícola.

Por outro lado, sem conflitar com os esforços destinados à modernização da economia, será preciso encontrar meios

de proteger o agricultor brasileiro, através da dinamização do mercado interno. Isto, no meu entender, não significa a necessidade de limitar a abertura do mercado brasileiro ao comércio agrícola exterior, com a adoção de barreiras alfandegárias indesejáveis, como as praticadas no Primeiro Mundo. Isto, sem dúvida, seria um retrocesso. A proteção do agricultor brasileiro será muito mais efetiva, se pudermos oferecer reais incentivos à produção, bem como criar condições para que seus produtos possam ser competitivos no mercado interno.

A grande dificuldade do agricultor brasileiro, neste momento, decorre de dois fatores básicos: falta de incentivo e incapacidade de competir com produtos estrangeiros que não estão sujeitos a barreiras e protecionismos, como nos países da Europa.

Tornar competitivo o produto agrícola brasileiro significa oferecer facilidades ao agricultor, notadamente de transporte e armazenagem. O que torna o alimento brasileiro caro é o incrível custo de transporte da safra, feito quase que exclusivamente através do sistema rodoviário.

É evidente que essas são questões estruturais que apontam para a urgência de uma ação integrada entre o setor agrícola e o setor de transportes. Mas somente a opção por sistemas mais racionais de transporte, como o ferroviário e o fluvial, poderá baratear o custo dos alimentos e tornar competitivo o produto agrícola brasileiro.

Atrelada à questão do transporte, há que se destacar, também, a inexistência de parques agroindustriais instalados próximos às áreas de produção. O Ministério da Agricultura sempre se debateu com a incoerência de ver o milho produzido no Centro-Oeste ser transportado até Santa Catarina, para alimentar porcos e frangos, que são, posteriormente, transportados novamente para consumo no Centro-Oeste.

Todas essas reflexões, Sr. Presidente, Srs. Senadores, parecem-me extremamente oportunas neste momento de transição, para que sirvam de baliza aos futuros condutores de nossa política agrícola. Já se disse, em muitas ocasiões, que a grande prioridade nacional é a agricultura. Resta, agora, ao governo que se instala convencer-se desta evidência.

Espero, sinceramente, que o novo Governo possa entender e efetivamente equacionar os problemas da agricultura brasileira, sem o que estaremos fadados a ser eternos aspirantes a uma vaga no Primeiro Mundo. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Valmir Campelo, o Sr. Jonas Pinheiro, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alfredo Campos — Aureo Mello — Dario Pereira — Affonso Camargo — Hydekell Freitas — Jonas Pinheiro — José Richa — Lourenberg Nunes Rocha — Pedro Texeira — Raimundo Lira — Ruy Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Presidência recebeu do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sidney Sanches, expediente comunicando que essa Corte, em sessão plenária realizada no dia 30 de setembro último, nos autos da Ação Direta da Inconstitucionalidade nº 786-6/600, deferiu medida cautelar para suspender, no texto do art. 29 da Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991, a eficácia das expressões: "ficando igualmente vedada a realização de concurso público no mesmo período".

O expediente será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Está esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 744, DE 1992

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 175, alínea d, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que as matérias constantes dos itens nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, sejam submetidas ao Plenário em 8º, 7º, 1º, 2º, 9º, 6º, 4º, 5º e 3º lugares, respectivamente.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 1992. — **Dario Pereira.**

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Aprovado o requerimento, será feita a inversão solicitada.

Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 296, de 1992) do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1991, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que acrescenta dispositivos ao art. 8º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do disposto no art. 324 do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1991, que acrescenta dispositivos ao art. 8º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São acrescentados ao art. 8º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, os seguintes dispositivos:

“Art. 8º

V — os gastos feitos, no ano-base, com instrução do contribuinte e dos respectivos dependentes, desde que estes não apresentem declaração em separado, observado o disposto na alínea c do § 1º deste artigo;

VI — as contribuições efetivamente pagas, no ano-base, às entidades de previdência privadas abertas e fechadas, regularmente constituídas.

§ 1º

§ 5º Para os efeitos da dedução de que trata o inciso V deste artigo serão observados os seguintes limites de dedução:

- a) setenta por cento dos gastos com anuidade;
- b) cinquenta por cento dos gastos com livros;

c) cinquenta por cento dos gastos com transporte escolar.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 4:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 298, de 1992) do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 1991, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que autoriza as pessoas físicas a abaterem em suas declarações de renda os gastos com empregados domésticos e dá outras providências.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do disposto no art. 324 do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 1991, que autoriza as pessoas físicas a abaterem em suas declarações de renda os gastos com empregados domésticos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas abaterão de seus rendimentos sujeitos ao Imposto de Renda os gastos com empregados domésticos, desde que registrados na Previdência Social.

Parágrafo único. Os gastos mencionados neste artigo compreendem o salário, os abonos, as gratificações e as contribuições previdenciárias.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contado de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 9:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

De autoria do Senador Nelson Wedekin e outros Srs. Senadores, que altera o caput do art. 4º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. (Dependendo de Parecer.)

A Presidência retira o item 9 da pauta, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Saldanha Derzi) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1992 (nº 166/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Ad-

ministrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, em 20 de agosto de 1991, tendo

Parecer favorável, sob nº 294, de 1992, da Comissão — De Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

É a seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 69, DE 1992**

(Nº 166/92, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto de Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, em 20 de agosto de 1991.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, 20 de agosto de 1991.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 1992 (nº 171/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Estatuto Orgânico do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado — UNIDROIT, adotado em 15 de março de 1940, tendo

Parecer favorável, sob nº 295, de 1992, da Comissão

— De Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 70, DE 1992**

(Nº 171/92, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Estatuto Orgânico do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado — UNIDROIT, adotado em 15 de março de 1940.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Estatuto Orgânico do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado — UNIDROIT, adotado em 15 de março de 1940.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Estatuto Orgânico, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 1992 (nº 109/91, na Câmara dos Deputados), que aprova a adesão do Brasil ao Convênio Multilateral para a Continuação das Atividades do Centro Regional de Sismologia para a América do Sul — CERESIS, celebrado em 18 de julho de 1971, tendo

Parecer favorável, sob nº 293, de 1992, da Comissão

— De Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 67, DE 1992**

(Nº 109/91, na Câmara dos Deputados)

Aprova a adesão do Brasil ao Convênio Multilateral para a Continuação das Atividades do Centro Regional de Sismologia para a América do Sul — CERESIS, celebrado em 18 de julho de 1971.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a adesão do Brasil ao Convênio Multilateral para a Continuação das Atividades do Centro Regional de Sismologia para a América do Sul — CERESIS, celebrado em 18 de julho de 1971.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do presente Convênio, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

2: O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que as forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente, mediante permissão do Presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional, nos termos do disposto nos arts. 21, inciso IV; 49, inciso II; e 84, inciso XXII, da Constituição Federal, tendo Parecer, sob nº 285, de 1992, da Comissão

— De Relações Exteriores e Defesa Nacional, favorável ao Projeto com Emendas que apresenta de nº 1 a 3-CRE, e voto em separado do Senador Jarbas Passarinho.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária do dia 22 de setembro último.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 288, III, a, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Sendo evidente a falta de quorum na Casa, a votação fica adiada.

1: O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 76, DE 1992**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1992, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que susta a aplicação do caput do art. 13 da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Mansueto de Lavour, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece.

A votação fica adiada por falta de quorum.

5: O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1991 (nº 1.714/89, na Casa de origem), que regulamenta o art. 185, inciso I, da Constituição Federal, e define pequeno e médio produtores rurais. (Dependendo de parecer.)

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria transitava em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 65, que versava sobre a regulamentação da reforma agrária.

A Presidência retira a matéria, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

O Requerimento nº 737, de 1992, de urgência, lido no Expediente, fica prejudicado, em virtude da falta de quorum para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Presidência lembra sessão conjunta solene a realizar-se amanhã,

às 10h, neste plenário, destinada a comemorar os 500 anos do Descobrimento da América.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores:

Em excelente artigo publicado na *Folha de S. Paulo* do dia 5 passado, o professor Ives Gandra Martins, sobre contestar argumentação expendida anteriormente pelo Deputado José Serra naquele mesmo periódico, lança ensinamento dos mais consistentes acerca das questões ligadas ao FINSOCIAL.

Não pretendo aqui fazer coro a qualquer uma das posições assumidas pelos dois representantes da inteligência brasileira, mas apenas retomar uma questão crucial suscitada pelos artigos 194 e 195 da Constituição de 1988: a seguridade social, englobando 'os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social'.

Meu interesse, neste breve pronunciamento, é o de sustentar a base de uma discussão, ainda não havida, acerca do papel do Estado, por meio de seus variados órgãos competentes, no gerenciamento das ações voltadas para o bem-estar social.

A questão da inconstitucionalidade do FINSOCIAL, sustentada em uníssono por Martins e Serra, não vem à tona presentemente, tanto pelo fato de fugir à intenção destas minhas reflexões, quanto pela exaustiva e acalorada argumentação que deve presidir a este debate, razão inequívoca da necessidade de um foro específico a esse mister.

Por ora, quando se reformula a administração pública do País, devo-me ater não à especificidade das formas de captação — como querem os dois articulistas —, mas do gerenciamento dos recursos postos à disposição da população brasileira no que concerne à garantia de seu bem-estar integral.

Nesse aspecto, quando se lançam os olhos para a estrutura organizacional do Ministério da Saúde, depara-se, como parte de seu organograma, com a existência do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, órgão integrante do sistema de previdência e assistência social do País.

Observe-se que, dentre as finalidades da autarquia, está a de 'prestar apoio técnico e administrativo ao Sistema Único de Saúde-SUS, na área de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e complementar', além da condução de 'programas especiais de assistência médica, abrangendo os serviços médicos que eram mantidos pela Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA e os que forem prestados em determinadas regiões à população carente'.

Ora, estamos diante de um quadro meramente assistencial, cujas ações mais se voltam às características conjugadas dos Ministérios da Previdência e do Bem-Estar Social, incompatíveis com os objetivos específicos do órgão máximo da saúde em nosso País.

Ao Ministério da Saúde compete precipuamente a condução da medicina preventiva, com destaque para o abastecimento de água, esgotamento sanitário, campanhas de prevenção, e não o assistencialismo ou o mero repasse de verbas, quando ele próprio não dispõe de recursos assegurados para o desencadeamento de uma programação séria destinada ao atendimento do interesse coletivo naquilo que melhor conforma seu bem-estar: a saúde física e mental.

Desse modo, entendo que órgãos como o INAMPS, o INPS e o IAPAS estariam melhor situados conjuntamente no Ministério respectivo: o da Previdência. Enquanto isso, as ações básicas de saúde sustentariam os esforços do Ministério da Saúde.

Por outro lado, é necessário redirecionar o Ministério do Bem-Estar Social para atribuições que não colidam com as do Ministério da Saúde.

Esforços com a melhoria da infra-estrutura urbana, seja por meio de cuidados eficientes no oferecimento de água de qualidade à população, seja na destinação adequada ao dejetos sanitário, tudo isso diz de perto à área de medicina preventiva, razão maior da ocupação do Ministério da Saúde.

Estou certo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que é este o momento de darmos encaminhamento prioritário à questão da saúde em nosso País, destinando recursos de conformidade com um trabalho planejado dentro da própria razão de existir e de atuar de um Ministério voltado para a criação de estratégias a partir do surgimento de focos determinantes da precariedade da saúde do povo brasileiro.

Se o momento é este, é esta a hora mais propícia à reflexão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1992, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que susta a aplicação do **caput** do art. 13 da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, tendo

PARECER, proferido em Plenário, Relator: Senador Mansueto de Lavor, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 1991-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que as forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente, mediante permissão do Presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional, nos termos do disposto nos arts. 21, inciso IV, 49, inciso II, e 84, inciso XXII, da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 285, de 1992, da Comissão

— **De Relações Exteriores e Defesa Nacional**, favorável ao Projeto com Emendas que apresenta de nº 1 a 3 — CRE, e voto em separado do Senador Jarbas Passarinho.

— 3 —

REQUERIMENTO Nº 708, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 708, de 1992, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1992 (nº 3.759, de 1989, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a profissão de guia de turismo e dá outras providências.

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 1991

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1991 (nº 1.714/89, na Casa de origem), que regula o art. 185, inciso I, da Constituição Federal, e define pequeno e médio produtores rurais. (Dependendo de Parecer.)

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

De autoria do Senador Nelson Wedekin e outros Senhores Senadores, que altera o **caput** do art. 4º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. (Dependendo de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 10 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 377, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no art. 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013.005/92-8, resolve nomear Nilson César Costa de Souza para exercer o cargo em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aluízio Bezerra.

Senado Federal, 6 de outubro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

PORTARIA Nº 24, DE 1992

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 283 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e tendo em vista o disposto no art. 574, § 1º, do mesmo regulamento, resolve:

Designar Goitacaz Brasônio Pedrosa de Albuquerque, Analista Legislativo, Juliano Lauro da Escóssia Nogueira, Analista Legislativo, e Silvana Moura de Oliveira, Analista Legislativo, para sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 011505/92-3.

Senado Federal, 6 de outubro de 1992. — Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.